Despacho n.º 17 789/2006

Por despacho do presidente do Instituto Politécnico de Lisboa de 6 de Julho de 2006, foi autorizada, a seu pedido, a denúncia do contrato administrativo de provimento de Bruno Cláudio de Jesus Ventura como assistente administrativo, com efeitos a partir de 3 de Maio de 2006. (Não carece de fiscalização prévia.)

17 de Agosto de 2006. — O Vice-Presidente, *Fernando Otero*.

Escola Superior de Comunicação Social**Despacho n.º 17 790/2006**

Por despacho do presidente do Instituto Politécnico de Lisboa de 28 de Julho de 2006, foi autorizado o contrato administrativo de provimento com Telmo António Freire Gonçalves da Silva como equiparado a professor-adjunto, em regime de tempo parcial (20%), na Escola Superior de Comunicação Social do Instituto Politécnico de Lisboa, com início em 16 de Agosto de 2006 e termo em 16 de Agosto de 2007, correspondente ao índice 185 fixado pelo estatuto remuneratório dos docentes do ensino superior politécnico. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

16 de Agosto de 2006. — O Presidente do Conselho Directivo, *António José da Cruz Belo*.

INSTITUTO POLITÉCNICO DA SAÚDE DE LISBOA**Escola Superior de Enfermagem de Francisco Gentil****Edital n.º 389/2006**

Em conformidade com os Decretos-Leis n.ºs 185/81 e 204/98, respectivamente de 1 de Julho e de 11 de Julho, torna-se público que, por despacho de 10 de Julho de 2006 da presidente do conselho directivo da Escola Superior de Enfermagem de Francisco Gentil (ESENFG), sob proposta do conselho científico, se encontra aberto, pelo prazo de 30 dias úteis a contar da publicação do presente edital no *Diário da República*, concurso de provas públicas para o preenchimento de uma vaga na categoria de professor-coordenador da carreira do pessoal docente do ensino superior politécnico para a área científica de Enfermagem do Adulto e do Idoso.

2 — O concurso é válido exclusivamente para o lugar posto a concurso, caducando com o seu preenchimento.

3 — Ao concurso serão admitidos os candidatos que se encontrem nas situações previstas no artigo 19.º do Estatuto da Carreira do Pessoal Docente do Ensino Superior Politécnico (ECPDESP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 185/81, de 1 de Julho.

4 — A remuneração e o conteúdo funcional são os que se encontram previstos no mesmo Estatuto para a correspondente categoria.

5 — O local de trabalho situa-se na Escola Superior de Enfermagem de Francisco Gentil, Rua do Prof. Lima Basto, 1099-071 Lisboa.

6 — As candidaturas deverão ser formalizadas mediante requerimento dirigido à presidente do conselho directivo da ESENFG, que deve conter os seguintes elementos:

- a) Nome completo;
- b) Filiação;
- c) Data e local de nascimento;
- d) Estado civil;
- e) Número, data e serviço emissor do bilhete de identidade;
- f) Residência, código postal e telefone;
- g) Grau académico e respectiva classificação final;
- h) Categoria profissional.

7 — Os candidatos deverão fazer acompanhar os requerimentos de admissão dos seguintes documentos:

- a) Fotocópia do bilhete de identidade;
- b) Documento comprovativo de inscrição na Ordem dos Enfermeiros;
- c) Documento comprovativo de estar nas condições previstas no n.º 3 do presente edital;
- d) Seis exemplares do currículo científico e pedagógico;
- e) Seis exemplares da lição referida na alínea a) do n.º 1 do artigo 26.º do ECPDESP;
- f) Seis exemplares da dissertação referida na alínea b) do n.º 1 do artigo 26.º do mesmo Estatuto;
- g) Quaisquer outros documentos que os candidatos considerem relevantes para a sua apreciação.

7.1 — Do currículo científico e pedagógico deverão constar:

- a) Formação académica;
- b) Formação permanente e certificada;

c) Experiência de docência, com prioridade em Enfermagem do Adulto e do Idoso e Investigação, ao nível dos cursos de formação inicial e pós-graduada em Enfermagem;

d) Realização e ou coordenação de trabalhos ou estudos de investigação (breve resumo);

e) Experiência na organização e na execução de acções de formação contínua para profissionais de saúde ou outros;

f) Experiência em desenvolvimento curricular;

g) Experiência de coordenação no âmbito da área científica a que se reporta o concurso;

h) Experiência de participação em grupos de trabalho a nível nacional e internacional;

i) Experiência em órgãos de gestão de escolas e de gestão de cursos;

j) Tempo na docência;

k) Outras experiências consideradas relevantes.

8 — É dispensada a apresentação dos documentos referidos na alínea c) do n.º 7 desde que os candidatos declarem, nos respectivos requerimentos, em alíneas separadas e sob compromisso de honra, a situação precisa em que se encontram.

9 — Aos candidatos que venham exercendo funções na ESENFG é dispensada a apresentação dos documentos referidos nas alíneas a), b) e c) do n.º 7.1 desde que aqueles elementos constem actualizados dos respectivos processos individuais.

10 — As candidaturas deverão ser entregues pessoalmente no Secretariado ou remetidas pelo correio, em carta registada com aviso de recepção, para a Escola Superior de Enfermagem de Francisco Gentil, sita na Rua do Prof. Lima Basto, 1099-071 Lisboa, até ao termo do prazo.

11 — A selecção incidirá sobre provas públicas constantes do artigo 26.º do ECPDESP, devendo, no âmbito das mesmas, os candidatos revelar capacidade científica, técnica e pedagógica para o desempenho das funções compreendidas no conteúdo funcional correspondente ao lugar posto a concurso, e a classificação final será atribuída em conformidade com o estipulado no artigo 28.º do mesmo Estatuto.

Assiste ao júri a faculdade de exigir dos candidatos, em caso de dúvida sobre a situação que descreveram, a apresentação dos correspondentes documentos comprovativos.

A entrega dos documentos fora do prazo da candidatura implica a exclusão do concurso.

12 — O júri terá a seguinte composição:

Presidente — Helena Matos Silva, presidente do conselho directivo da Escola Superior de Enfermagem de Francisco Gentil.

Vogais efectivos:

Maria Helena Pato Pita Negrão da Silva Pires, professora-coordenadora da Escola Superior de Enfermagem de Francisco Gentil.

Antónia Maria Nicolau Espadinha, professora-coordenadora da Escola Superior de Enfermagem de Francisco Gentil.

Eunice Martins Henriques, professora-coordenadora da Escola Superior de Enfermagem de Calouste Gulbenkian.

Vogais suplentes:

Maria Adriana Pereira Henriques, professora-coordenadora da Escola Superior de Enfermagem de Artur Ravara.

António Fernando Alves Marrucho, professor-coordenador da Escola Superior de Enfermagem de Maria Fernanda Resende.

A 1.ª vogal efectiva substitui a presidente nas suas faltas e impedimentos.

10 de Agosto de 2006. — A Presidente do Conselho Directivo, *Helena Matos Silva*.

INSTITUTO POLITÉCNICO DO PORTO**Despacho n.º 17 791/2006**

Considerando:

1) O disposto na lei de financiamento do ensino superior (Lei n.º 37/2003, de 22 de Agosto);

2) Que a experiência acumulada não justifica alterações significativas das normas aplicadas em anos lectivos anteriores;

Ao abrigo da alínea h) do n.º 1 e do n.º 2 do artigo 16.º dos Estatutos do Instituto Politécnico do Porto, é aprovado o regulamento de propinas dos cursos de bacharelato e licenciatura, anexo ao presente despacho e que dele faz parte integrante.

17 de Julho de 2006. — O Presidente, *Luís J. S. Soares*.

Regulamento de prazos e procedimentos a adoptar para o pagamento de propinas — Cursos de bacharelato e licenciaturas bietápicas e licenciaturas já adequadas ao Processo de Bolonha.

Artigo 1.º

Valor da propina

1 — Pela frequência dos cursos de bacharelato e licenciatura é devida, por força da lei, uma taxa uniforme, designada por propina.

2 — A propina, nos termos da legislação em vigor, é independente do nível sócio-económico do estudante, bem como do número de disciplinas em que se inscreve.

3 — O valor da propina é anualmente fixado de acordo com as regras constantes da lei de financiamento do ensino superior.

Artigo 2.º

Modalidades de pagamento

1 — A propina pode ser paga:

- a) De uma só vez, no acto da inscrição;
- b) Em prestações.

2 — Os prazos e montantes de cada prestação serão anualmente fixados por despacho do presidente do Instituto.

3 — O não pagamento de uma prestação determina o vencimento imediato de todas as prestações seguintes.

Artigo 3.º

Forma de pagamento

A forma de pagamento é regulamentada por despacho do presidente do Instituto.

Artigo 4.º

Consequências do incumprimento do pagamento da propina

1 — As matrículas e inscrições apenas são validadas depois de efectuado o pagamento integral da propina devida.

2 — Nos termos do artigo 29.º da Lei n.º 37/2003, de 22 de Agosto:

«O não pagamento da propina devida nos termos do artigo 16.º implica:

- a) A nulidade de todos os actos curriculares praticados no ano lectivo a que o incumprimento da obrigação se reporta;
- b) Suspensão da matrícula e da inscrição anual, com a privação do direito de acesso aos apoios sociais até à regularização dos débitos, acrescidos dos respectivos juros, no mesmo ano lectivo em que ocorreu o incumprimento da obrigação.»

3 — Consequentemente:

3.1 — Não são aceites as inscrições para exames nas diferentes épocas fixadas no calendário escolar se nas datas fixadas para a inscrição em exames os alunos não tiverem a situação regularizada.

3.2 — Os alunos cuja situação de propinas não se encontre regularizada não poderão ser inscritos nas pautas e livros de termos relativos aos exames em causa.

3.3 — Não serão passadas certidões relativas ao ano lectivo a que respeita o não pagamento da propina, nem certidões de conclusão de curso.

4 — A verificação do disposto no número anterior é da responsabilidade:

Dos Serviços Académicos para os cursos e escolas em que a inscrição seja feita nos Serviços Académicos;

Dos responsáveis pelas secretarias das escolas ou departamentos quando as inscrições sejam feitas nas escolas ou departamentos.

5 — São nulos os actos praticados em violação do número anterior.

6 — Para efeitos do n.º 3 deverão as escolas informar os Serviços Académicos do Instituto dos prazos em que decorrem as acções previstas nos n.ºs 3.1 e 3.4.

6.1 — Os Serviços Académicos remeterão às unidades orgânicas a lista completa da situação dos alunos de cada escola até cinco dias antes do início dos prazos acima referidos.

7 — O disposto no número anterior cessa com a disponibilização *online* da informação relativa à situação de propinas, à medida que entre em funcionamento nas diferentes escolas a secretaria electrónica.

Artigo 5.º

Pagamento fora de prazo

Nos casos de não pagamento de cada uma das prestações de propinas nos prazos fixados, a validação da matrícula e inscrição implica

o pagamento de uma das seguintes taxas, por cada uma das prestações pagas fora de prazo:

- a) Entre o 1.º e o 15.º dias consecutivos contados a partir da data fixada — € 39;
- b) Entre o 16.º e 30.º dias consecutivos — € 64;
- c) Para além de 30 dias — € 90.

Artigo 6.º

Matrícula ou Inscrição

1 — A aceitação da matrícula e ou inscrição implica o pagamento integral da propina e a regularização de eventuais dívidas por falta de pagamento das mesmas no(s) ano(s) lectivo(s) anterior(es).

2 — Para os alunos que optem por efectuar o pagamento em prestações:

- a) No acto da matrícula e ou inscrição os alunos deverão fazer prova do pagamento da 1.ª prestação da propina antes que a matrícula e ou inscrição possa ser aceite;
- b) A matrícula e ou inscrição é provisória até ao pagamento integral da propina e apenas nessa data se transforma em matrícula e ou inscrição definitiva.

Artigo 7.º

Anulação da matrícula/inscrição

1 — No caso de anulação da matrícula e ou inscrição, qualquer que seja o motivo que a determine:

- a) Anulação até final do mês de Dezembro ou até 60 dias após a data de inscrição — o valor a pagar é 50% da propina devida;
- b) Anulação posterior aos prazos fixados na alínea a) — o valor a pagar é o total da propina devida.

2 — Exceptuam-se do disposto no número anterior os casos de recolocação no âmbito do concurso nacional de acesso, se expressamente consagrado na legislação aplicável.

Artigo 8.º

Alunos bolseiros

1 — Os alunos que se pretendam candidatar a bolsa de estudos deverão entregar, devidamente preenchida e assinada, devendo a assinatura ser coincidente com a do bilhete de identidade, a declaração de compromisso de honra em impresso de modelo próprio.

2 — A matrícula e ou inscrição será provisoriamente aceite com base na declaração do aluno, mas só se tornará efectiva depois da regularização definitiva da situação.

3 — Nos casos em que, tendo subscrito a declaração sob compromisso de honra, o aluno:

- a) Não apresente a candidatura a bolsa de estudos, ou que, apresentando-a, não instrua o processo com os elementos mínimos exigíveis para a sua análise;
- b) Tendo apresentado a candidatura se verificar, pelos elementos apurados, que o pedido é indevido, nomeadamente por:

O rendimento *per capita* ultrapassar em 20%, ou mais, o valor máximo legalmente fixado para a atribuição de bolsa;

Ter um número de anos sem aproveitamento que ultrapasse o limite máximo legal;

terá a sua candidatura excluída e, em consequência:

A matrícula e ou inscrição só se torna efectiva com o pagamento da propina na sua totalidade;

Fica sujeito às normas gerais estabelecidas para o pagamento de propinas, considerando-se a 1.ª prestação vencida no acto de matrícula e ou inscrição, sendo devidas as taxas por incumprimento de prazos, caso não tenha efectuado o pagamento na referida data;

Serão ainda aplicáveis as sanções previstas no regulamento de bolsas de estudos.

4 — Os alunos cujo pedido de bolsa seja indeferido e que não se encontrem nas situações previstas no n.º 3 do presente artigo deverão efectuar o pagamento da 1.ª prestação no prazo de sete dias consecutivos a contar da data de publicitação do indeferimento.

4.1 — Com excepção dos casos previstos no n.º 3 do artigo 8.º do presente despacho e no n.º 4.2 do despacho IPP/PR-110/2006, ou no despacho que o vier a substituir, o pagamento faz-se sem encargos adicionais.

5 — Aos alunos bolseiros aplica-se o disposto no despacho IPP/PR-110/2006 ou no despacho que o vier a substituir. Assim, os alunos bolseiros poderão optar, por declaração expressa, por uma das seguintes modalidades de pagamento:

- a) Pagar o valor da propina nos termos fixados para os demais estudantes, sendo porém a 1.ª prestação paga nos sete dias conse-

cutivos contados a partir da data em que for recebida a 1.ª prestação da bolsa de estudos;

b) Por desconto no valor da bolsa efectuado pelos Serviços de Acção Social, que procederão à entrega desse valor nos Serviços Académicos.

Artigo 9.º

Alunos abrangidos pelas alíneas a) e c) do artigo 35.º da Lei n.º 37/2003

1 — Aos alunos abrangidos pelas alíneas a) e c) do artigo 35.º da Lei n.º 37/2003 aplica-se o protocolo estabelecido entre o Conselho Coordenador dos Institutos Politécnicos e o Ministério da Defesa Nacional, válido a partir do ano lectivo de 1998-1999.

2 — Os estudantes devem entregar no acto da matrícula e ou inscrição o documento emitido pelos serviços competentes do Ministério da Defesa Nacional, comprovativo de que são por ela abrangidos:

a) Declaração emitida pela unidade, estabelecimento ou órgão militar, conforme modelos anexos à Portaria n.º 445/71, de 20 de Agosto, que ateste a qualidade de combatente com as especificações referidas no n.º 1 do artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 358/70, de 29 de Julho, e no n.º 3 da portaria citada;

b) Documento comprovativo da qualidade de deficiente das Forças Armadas, nos termos do Decreto-Lei n.º 43/76, de 20 de Janeiro;

c) Certidões do domicílio fiscal do aluno e do progenitor de quem advém o direito ao reembolso.

2.1 — Aos alunos que efectuem a matrícula/inscrição pela primeira vez no 1.º ano é dado um prazo máximo de 15 dias consecutivos para completar a instrução do processo.

2.2 — O processo será ainda remetido ao Ministério da Defesa Nacional acompanhado da declaração de formalidade, passada pela instituição de ensino superior e levando aposto o selo branco, onde conste a menção de que estão preenchidos os demais requisitos para conferir direito ao gozo do subsídio para pagamento de propina, designadamente o estabelecido no n.º 8.º da Portaria n.º 445/71, de 20 de Agosto.

2.3 — De acordo com a deliberação do Ministério da Defesa Nacional:

a) Os documentos têm de ser entregues no original;

b) As declarações são anuais, não sendo válidas as declarações obtidas e ou apresentadas em anos anteriores;

c) Serão devolvidos à procedência os processos que não contenham os elementos indicados e não estejam documentados nos termos do disposto nas alíneas anteriores.

3 — De acordo com a deliberação do Ministério da Defesa Nacional, o critério de apreciação do «bom comportamento escolar» — requisito exigido pelo n.º 3 do Decreto-Lei n.º 358/70, de 29 de Julho — é a transição de ano curricular.

3.1 — Nestes termos, não são abrangidos pelo subsídio para pagamento da propina os alunos que não transitem de ano.

4 — Não são abrangidos pelo reembolso os estudantes que já tenham usufruído do reembolso para frequência de outro curso de licenciatura.

5 — Só serão incluídos nas listas de subsídio os alunos cujo processo esteja devida e totalmente instruído até 15 de Janeiro.

4.1 — Quando tal não suceda, seja qual for o motivo, os alunos terão de efectuar o pagamento integral da propina, a qual não será reembolsável.

6 — O pagamento devido será feito pelo Ministério da Defesa Nacional directamente ao Instituto.

Artigo 10.º

Agentes de ensino

1 — Para este efeito são considerados agentes de ensino os abrangidos pelas alíneas b) e e) do artigo 35.º da Lei n.º 37/2003 e pelos n.ºs 1 e 2 do despacho conjunto n.º 335/98, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, de 14 de Maio de 1998, com as alterações introduzidas pelo despacho conjunto n.º 320/2000, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, de 21 de Março de 2000.

2 — No acto da matrícula e ou inscrição os alunos deverão apresentar a declaração passada pela direcção regional de educação em como se encontram abrangidos pelos n.ºs 1 e 2 do despacho acima referido.

2.1 — Aos alunos que efectuem a matrícula/inscrição pela primeira vez no 1.º ano é dado um prazo máximo de 15 dias consecutivos para completarem a instrução do processo.

3 — O reembolso do valor da propina será feito pelo Departamento de Ensino Superior.

4 — Não serão aceites declarações que não satisfaçam os requisitos do n.º 3 do despacho conjunto n.º 335/98.

5 — Só serão incluídos nas listas de subsídio os alunos cujo processo esteja devida e totalmente instruído até 30 de Outubro.

6 — Quando tal não suceda, seja qual for o motivo, os alunos terão de efectuar o pagamento integral da propina, a qual não será reembolsável.

7 — O pagamento devido será feito pelo Ministério da Educação directamente ao Instituto.

Artigo 11.º

Outros casos

Nos outros casos não abrangidos pelos artigos 9.º e 10.º em que legalmente esteja previsto o reembolso da propina os alunos deverão efectuar o pagamento das propinas, solicitando posteriormente o reembolso à entidade responsável por esse reembolso.

Artigo 12.º

Procedimentos

1 — As declarações previstas:

a) No n.º 1 do artigo 8.º («Alunos bolsseiros»);

b) No n.º 2 do artigo 9.º [«Alunos abrangidos pelas alíneas a) e c) do artigo 35.º da Lei n.º 37/2003»];

c) No n.º 2 do artigo 10.º («Agentes de ensino»);

serão entregues conjuntamente com os documentos necessários à matrícula e ou inscrição no local onde a matrícula e ou inscrição é efectuada.

2 — Os serviços de alunos de cada escola onde seja feita a matrícula e ou inscrição remeterão aos Serviços Académicos as respectivas declarações, no prazo máximo de 15 dias consecutivos a contar da data da matrícula e ou inscrição.

3 — Os Serviços de Acção Social remeterão aos Serviços Académicos:

3.1 — As listas de:

a) Candidatos a bolsa de estudos cujo pedido foi indeferido;

b) Candidatos a bolsa de estudos cujo pedido se enquadra na alínea 3b) do artigo 8.º;

c) Bolsseiros, com indicação daqueles que optaram pelo pagamento de propinas por desconto e para os quais as propinas são pagas directamente pelos Serviços de Acção Social;

no prazo de 15 dias, contados a partir da data de publicação do resultado das candidaturas;

3.2 — A lista das transferências efectuadas das mensalidades de propinas — relativas aos bolsseiros que por tal optaram, nos termos da alínea 5b) do artigo 8.º

4 — Os Serviços Académicos:

a) Elaborarão listas de:

Agentes de ensino para o envio ao Departamento de Ensino Superior;

Alunos militares, uma por cada ramo das Forças Armadas, para o envio respectivo chefe de Estado-Maior;

b) Remeterão aos Serviços de Acção Social, para efeito de suspensão dos pagamentos, a lista dos bolsseiros que, tendo optado por efectuar o pagamento da propina individualmente, não tenham a situação de propinas regularizada;

c) Terminados os prazos fixados para o pagamento da última prestação de propinas remeterão aos alunos da ESE, ESEIG, ESMAR, ESTGF e ESTSP aviso-notificação sobre o débito existente;

d) O aviso-notificação será enviado para a morada constante do boletim de inscrição, excepto se o aluno tiver previamente comunicado a mudança de endereço;

e) No caso do ISCA, do ISE e da ESTSP, os serviços de alunos disponibilizarão a informação pertinente relativa aos alunos das respectivas escolas com dívidas de propinas;

f) No caso de, decorrido o prazo legal, os alunos não regularizarem a situação de propinas, os Serviços Académicos e os serviços de alunos do ISCA, do ISE e da ESTSP activarão os mecanismos de anulação de todos os actos curriculares.

5 — A notificação referida na alínea c) do n.º 4 cessará, para cada uma das escolas, à medida que a implementação da secretaria electrónica viabilize a disponibilização da informação *online* aos respectivos alunos.

Artigo 13.º

Faseamento do pagamento de propinas

1 — Poderá ser estabelecido um plano de pagamento específico para os estudantes não bolsseiros com dificuldades económicas.

2 — O estabelecimento de um plano de pagamento específico depende de:

- a) As dificuldades económicas serem devidamente comprovadas e avaliadas, nomeadamente através dos Serviços de Acção Social;
- b) O pedido ser apresentado antes da data em que a prestação é devida.

3 — Serão, porém, indeferidos todos os pedidos de faseamento do pagamento de qualquer prestação de propinas que não sejam apresentados antes da data limite fixada para o pagamento dessa prestação, sendo devidas as taxas por incumprimento de prazos quando os pedidos sejam apresentados depois dessa data.

Artigo 14.º

Disposições finais e transitórias

1 — Não serão emitidas quaisquer certidões, certificados ou diplomas a alunos que, à data em que os requeriram, tenham débitos à instituição, qualquer que seja a origem e natureza desses débitos.

2 — O presente regulamento aplica-se a partir do ano lectivo de 2006-2007.

3 — É revogado o despacho IPP/PR-94/2005.

Escola Superior de Tecnologia da Saúde do Porto

Aviso n.º 9292/2006

Por despacho de 7 de Julho de 2006 da directora da Escola Superior de Tecnologia da Saúde do Porto, precedendo parecer favorável do conselho científico, foi celebrado contrato administrativo de provimento, de 1 de Fevereiro a 30 de Setembro de 2006, com a licenciada Joana Cardoso Pinto Correia, como equiparada a assistente do 1.º triénio, a tempo parcial, 50%. (Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

7 de Julho de 2006. — A Directora, *Cristina Prudêncio*.

Aviso n.º 9293/2006

Por despacho de 7 de Julho de 2006 da directora da Escola Superior de Tecnologia da Saúde do Porto, precedendo parecer favorável do conselho científico, foi celebrado contrato administrativo de provimento, de 1 de Fevereiro a 30 de Setembro de 2006, com a licenciada Raquel Cristina Martins da Silva como equiparada a assistente do 1.º triénio, a tempo parcial, 40%. (Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

7 de Julho de 2006. — A Directora, *Cristina Prudêncio*.

Aviso n.º 9294/2006

Por despacho de 7 de Julho de 2006 da directora da Escola Superior de Tecnologia da Saúde do Porto e precedendo parecer favorável do conselho científico, foi celebrado contrato administrativo de provimento, de 1 de Fevereiro a 30 de Setembro de 2006, com a licenciada Sara Cristina de Pina Gonçalves de Sousa, como equiparada a assistente do 1.º triénio, a tempo parcial, 50%. (Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

7 de Julho de 2006. — A Directora, *Cristina Prudêncio*.

Aviso n.º 9295/2006

Por despacho de 7 de Julho de 2006 da directora da Escola Superior de Tecnologia da Saúde do Porto e precedendo parecer favorável do conselho científico, foi celebrado contrato administrativo de provimento, de 1 de Novembro de 2005 a 31 de Outubro de 2006, com o mestre Rui Manuel Tomé Torres, como equiparado a assistente do 1.º triénio, a tempo parcial, 20%. (Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

7 de Julho de 2006. — A Directora, *Cristina Prudêncio*.

INSTITUTO POLITÉCNICO DE SANTARÉM

Aviso n.º 9296/2006

Nos termos do artigo 24.º da Portaria n.º 413-A/98, de 17 de Julho, com as alterações introduzidas pela Portaria n.º 533-A/99, de 22 de Junho, e sob proposta da Escola Superior de Gestão de Santarém, a vice-presidente deste Instituto, por despacho de 3 de Agosto de 2006, determinou que os prazos para a candidatura, selecção, seriação, reclamação, matrícula e inscrição no 2.º ciclo das licenciaturas bie-

tápicas em Contabilidade e Fiscalidade, Gestão de Empresas, ramo de Finanças Empresariais, Gestão de Empresas, ramo de Marketing e Estratégia Empresarial, Informática de Gestão, Marketing e Consumo e em Administração Pública e Autárquica, ano lectivo 2006-2007, sejam os seguintes:

Apresentação das candidaturas: 4 e 5 de Setembro de 2006;
 Selecção e seriação dos candidatos: 7 de Setembro de 2006;
 Afixação dos resultados: 11 de Setembro de 2006;
 Matrículas e inscrições: 13 de Setembro de 2006;

As apresentações de reclamações terão de ser efectuadas nos três dias úteis subsequentes à afixação das listas.

A candidatura à matrícula é feita em requerimento, dirigido ao conselho directivo da Escola Superior de Gestão de Santarém, e os elementos e documentos a mencionar e a apresentar constarão de edital, a afixar na Escola, que especificará as vagas, as regras e os critérios de selecção.

17 de Agosto de 2006. — O Administrador, *Mário Jesus Mota*.

Regulamento n.º 162/2006

Tendo sido aprovado por deliberação do conselho geral do Instituto Politécnico de Santarém, em reunião de 30 de Junho de 2006, publica-se, em anexo, o regulamento do pagamento de propinas.

3 de Julho de 2006. — A Presidente, *Maria de Lurdes Esteves Asseiro da Luz*.

ANEXO

Regulamento do pagamento de propinas

1.º

Âmbito

O presente regulamento aplica-se aos alunos validamente matriculados numa das escolas do Instituto Politécnico de Santarém (doravante designado por IPS) inscritos em cursos de licenciatura.

2.º

Objecto

O presente regulamento visa concretizar a aplicação, no âmbito das escolas integradas no IPS, do regime de pagamento de propinas instituído pela Lei n.º 37/2003, de 22 de Agosto.

3.º

Montante das propinas

1 — Os alunos matriculados numa das escolas do IPS pagarão uma taxa de frequência, designada por propina.

2 — O valor da propina é anualmente fixado em função da natureza dos cursos e da sua qualidade, com um valor mínimo correspondente a 1,3 do salário mínimo nacional, em vigor no início do ano lectivo, e um valor máximo que não poderá ser superior ao valor fixado no n.º 2 do artigo 1.º da tabela anexa ao Decreto-Lei n.º 31 658, de 21 de Novembro de 1941, actualizada, para o ano civil anterior, através da aplicação do índice de preços no consumidor do Instituto Nacional de Estatística.

3 — O valor da propina a que se refere o número anterior é fixado por deliberação do conselho geral e divulgado nas diversas unidades orgânicas.

4 — O produto do pagamento das propinas constitui receita própria da respectiva escola.

4.º

Direitos conferidos pelo pagamento de propinas

1 — O pagamento de propinas confere ao aluno o direito a:

a) Frequentar as aulas e outras actividades lectivas desenvolvidas no âmbito das disciplinas em que esteja inscrito, bem como beneficiar de assistência por parte dos docentes que leccionam essas mesmas disciplinas;

b) Ver avaliados, nos termos do regulamento escolar interno da respectiva escola, os seus conhecimentos das matérias leccionadas e sumariadas nessas mesmas disciplinas no ano lectivo em que se inscreveu;

c) Utilizar, respeitando os respectivos regulamentos de utilização, a biblioteca, os centros de informática, as salas de estudo e outras estruturas de apoio existentes na escola e ou no IPS;

d) Usufruir do direito de acesso aos apoios sociais.